

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

1 -----Aos nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quinze,
2 nesta vila de Bombarral e na sala de reuniões do edifício dos Paços do
3 Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de
4 Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara José Manuel
5 Gonçalves Vieira, do senhor vice-presidente da Câmara Nuno Manuel Mota
6 Silva, dos senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, António
7 Joaquim Correia Fialho Marcelino, Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra,
8 Maria Norberta Ponte Ferreira Santos, e M.^a Los Angeles Vinuesa Peña
9 Oliveira.. -----

10 -----Secretariou a reunião o assistente técnico Nuno Fernando Carreira
11 Taborda Ferreira-----

12 -----Esteve igualmente presente o coordenadora da unidade orgânica de
13 gestão financeira João Filipe Batista Cordeiro. -----

14 -----Pelas 09:10 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor vice-
15 presidente da Câmara. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

17 **0774. ATA N.º 19/2015:** Depois de lida e achada conforme, foi deliberado por
18 maioria com a abstenção do senhor presidente da Câmara e do senhor
19 vereador Luis Duarte e o voto favorável dos restantes membros do
20 executivo aprovar a ata n.º 19/2015, respeitante à reunião ordinária de
21 Câmara de dia 26 de Agosto. -----

DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

23 **0775. XIII ACANUC:** Informou o executivo que esteve presente no XIII ACANUC
24 que contou com o apoio das Câmaras Municipais do Bombarral e do
25 Cadaval, tendo na ocasião recebido uma medalha de mérito.-----

26 **0776. ARTOESTE 2015:** Informou o executivo que esteve presente na ArteOeste
27 2015 organizado pela Cultartis no Museu Municipal do Bombarral.-----

28 **0777. FESTIVAL DE FOLCLORE DAS GAMELAS:** Informou o executivo que
29 esteve presente no Festival de Folclore das Gamelas.-----

30 **0778. FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS E FEIRA NACIONAL DA PERA
31 ROCHA:** Informou o executivo que esteve presente nos eventos em
32 epígrafe, salientando o facto de pela primeira vez os mesmos terem sido
33 inaugurados pelo senhor Primeiro-ministro. Salientou ainda o facto dos
34 certames terem sido visitados por muitos presidentes de Câmara e
35 membros do governo. -----

36 **0779. HOMENAGEM AO FALECIDO CICLISTA GUILHERME SILVA:** Informou o
37 executivo que esteve presente na homenagem ao falecido ciclista
38 Guilherme Silva. -----

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 39 **0780. EXPOSIÇÃO SINFONIA DE CORES:** Informou o executivo que esteve
40 presente na inauguração da exposição Sinfonia de Cores de Maria
41 Claudino.-----
- 42 **0781. II FESTIVAL DE FOLCLORE DO BOMBARRAL:** Informou o executivo que
43 esteve presente no II Festival de Folclore do Bombarral organizado pela
44 associação Bombarral Sustentável. -----
- 45 **0782. PLANO ESTRATÉGICO:** Informou o executivo que a SPI tem vindo a
46 desenvolver trabalho no âmbito da elaboração do Plano Estratégico,
47 havendo um documento que será distribuído para análise e
48 complementação.-----
- 49 **0783. PARQUE TEMÁTICO:** Informou o executivo que ocorreu uma reunião com
50 os investidores ingleses, o senhor arquitecto Jorge Jerónimo e com técnicos
51 dos investidores. Informaram que da parte da Câmara estava tudo tratado,
52 estando na altura dos investidores avançarem com a parte técnica. Na
53 altura visitaram também o estádio municipal, tendo os investidores ficado
54 entusiasmados e dito que podem vir a precisar daquele espaço o que
55 importaria a construção de um campo alternativo. Antes do final do ano e da
56 assinatura do contrato em Novembro de 2015 os investidores ficaram
57 instalar pessoal no local para começarem os trabalhos. -----
- 58 **0784. VOTO DE PESAR:** Expressou um voto de pesar pelo falecimento da mãe
59 da senhora vereadora Norberta Santos.-----
60 -----Este voto de pesar foi subscrito por todos os membros do executivo.
61 **DA SENHORA VEREADORA NORBERTA SANTOS:** -----
- 62 **0785. LEVANTAMENTO DAS ACTIVIDADES DAS COLECTIVIDADES:** Disse
63 que foram recebidas respostas de 23 das 34 colectividades e que em breve
64 trará informação a reunião de Câmara.-----
- 65 **0786. REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO 1.º CICLO:** Informou o
66 executivo que no passado dia 02 de Setembro decorreu a reunião com os
67 representantes da Associação de Pais do 1.º ciclo do Bombarral que foi
68 produtiva tendo sido abordadas diversas questões, nomeadamente o
69 alargamento até às 19:00 horas. Compreenderam que a Câmara Municipal
70 não tem capacidade no imediato mas pediram que o tentassem fazer a
71 partir de Janeiro de 2016. -----
- 72 **DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:**-----
- 73 **0787. REGRESSO DE FÉRIAS:** desejou que o período de férias tenha criado
74 forças para a segunda metade do mandato. -----
- 75 **0788. CENTRAL DE MASSAS ASFÁLTICAS:** Solicitou informação sobre o ponto
76 de situação deste processo. -----

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 77 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a central de massas
78 asfálticas está instalada e em fase de conclusão para poder começar a
79 funcionar.-----
80 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse que para concluir a
81 instalação falta a ligação eléctrica, o ramal de água e uma parede de
82 protecção.-----
- 83 **0789. AVENIDA PROFESSOR DANIEL PIRES:** Lembrou que esta era a única
84 obra prevista no orçamento para 2014 tendo passado para o ano de 2015 e
85 seguintes. Estamos em Setembro de 2015 pelo que pergunta para quando o
86 lançamento da obra que é estruturante na vila do Bombarral.-----
- 87 **0790. CENTRO DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA:** Solicitou informação sobre o
88 ponto de situação deste processo e qual a posição dos parceiros
89 anunciados, nomeadamente universidades.-----
- 90 -----O senhor Presidente da Câmara disse que aguardam a abertura de
91 candidaturas aos fundos comunitários.-----
- 92 **0791. GABINETE DE APOIO AO AGRICULTOR:** É um gabinete de que devia ter
93 condições estruturais e técnicos para auxiliar, dinamizar e potenciar
94 possíveis projectos, pelo que solicitou informação sobre o ponto de situação
95 deste processo.-----
- 96 -----A senhora vereadora Rosa Guerra informou que o mesmo se
97 encontra a funcionar no seu gabinete e todos os agricultores que se
98 apresentam na Câmara Municipal são recebidos e ninguém ficou por ouvir.
99 Informou que na passada terça-feira foi ao Ministério da Agricultura com a
100 maioria dos presidentes de Câmara do Oeste para darem desenvolvimento
101 a todas as questões que lhes têm sido colocadas nomeadamente no âmbito
102 da mão-de-obra sazonal, tendo a senhora Ministra da Agricultura ficado de
103 falar com o senhor Ministro da Solidariedade Social sobre esta matéria.
104 Pensa que na próxima campanha as coisas estarão resolvidas.-----
- 105 -----O senhor vereador Luis Duarte disse que sem tirar o mérito à
106 senhora vereadora Rosa Guerra, aquilo que foi dito sobre o gabinete de
107 apoio ao agricultor é redutor porque o mesmo deve estar estruturado e com
108 técnicos para os agricultores poderem apresentar candidaturas no âmbito
109 do programa 2020. Espera que a senhora vereadora não entenda que um
110 gabinete de apoio ao agricultor se resume a ela receber os agricultores. ----
- 111 -----A senhora vereadora Rosa Guerra lembrou que também já tinha dito
112 que não está sozinha e que tem o apoio técnico da DRAPLVT.-----
- 113 **0792. RATOS NA AVENIDA VASCO PEREIRA DA CONCEIÇÃO:** Solicitou
114 informação sobre o ponto de situação deste processo.-----
- 115 **0793. COEFICIENTES DE ZONAMENTO DO IMI:** lembrou que têm vindo a alertar
116 há vários meses que este é o ano de reavaliação dos coeficientes de

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 117 zonamento, pelo que solicitou informação sobre o ponto de situação do
118 processo. -----
- 119 **0794. UNIÃO PROGRESSIVA DO VALE COVO:** Lembrou que aquando da
120 deslocação desta colectividade à Gymanestrada na Finlândia tinha ficado o
121 compromisso de um apoio financeiro. -----
- 122 -----O senhor Presidente da Câmara lembrou que não deram apoio
123 financeiro mas cederam o transporte e utilização do pavilhão desportivo
124 municipal.-----
- 125 **0795. COLECTIVIDADES:** Perguntou o que vai resultar do levantamento
126 efectuado e a partir de quando é que haverá apoio financeiro.-----
- 127 -----A senhora vereadora Norberta Santos disse que o 1.º passo é
128 actualizar o actual regulamento já tendo dado indicações ao gabinete
129 jurídico nesse sentido.-----
- 130 **DO SENHOR VEREADOR FIALHO MARCELINO:**-----
- 131 **0796. PLANO ESTRATÉGICO:** Neste momento já começa a ser importante
132 discutir o plano estratégico pois a CCDR Centro já está a distribuir verbas
133 pelas várias áreas e alguns concelhos já estão a apresentar projectos. -----
- 134 **0797. CASA ESCOLA AGRÍCOLA AS PALMEIRAS:** Solicitou informação sobre o
135 ponto de situação deste processo. -----
- 136 -----O senhor Presidente da Câmara disse que este processo continua
137 em fase de tramitação judicial.-----
- 138 **0798. REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇOS MUNICIPAIS:** Questionou
139 para quando a apresentação deste regulamento.-----
- 140 -----O senhor Presidente da Câmara disse que existe a necessidade de
141 estudar o dossier completo.-----
- 142 **DA SENHORA VEREADORA M.ª LOS ANGELES OLIVEIRA:** -----
- 143 **0799. BILHETEIRAS DO FESTIVAL DO VINHO PORTUGUÊS E DA FEIRA**
144 **NACIONAL DA PÊRA ROCHA:** Reiterou o pedido de informação sobre
145 este assunto. -----
- 146 -----O senhor Presidente da Câmara disse que foram admitidas para
147 colaborar todas as colectividades que manifestaram interesse na sequência
148 de carta enviada mas há que afinar esta situação. -----
- 149 -----Alguns membros do executivo alertaram que a carta enviada não
150 mencionava a questão das bilheteiras pelo que nem todas as colectividades
151 se aperceberam dessa situação. -----
- 152 **0800. ROTUNDA DA CRECHE:** Alertou pela enésima vez para a situação
153 causada por um pinheiro em propriedade privada junto á rotunda da creche,
154 onde terá ocorrido este fim-de-semana um acidente. -----

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 155 **0801. ESTRADA DA BOAVISTA:** Alcatroaram a vala existente mas o problema
156 mantém-se sendo necessário resolver o problema causado pela existência
157 da referida vala.-----
158 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse que a informação que
159 tem é que as obras estão concluídas.-----
- 160 **0802. ESTRADA DELGADA / BOAVISTA:** Alertou para a necessidade de
161 intervenção nesta estrada dada a existência de uma depressão no
162 pavimento desde as obras realizadas pelas Águas do Oeste.-----
163 -----O senhor vice-presidente da Câmara reconheceu tratar-se de um
164 problemas antigo.-----
- 165 **0803. EMANILHAMENTO NO SANGUINHAL:** Foi contactada em relação ao
166 Sanguinhal por causa de uns terrenos onde estão a fazer emanilhamento
167 que parece estar a mudar os níveis existentes, pelo que perguntou se a
168 Câmara Municipal está a monitorizar aqueles trabalhos. Se não está era
169 bom os serviços irem verificar o que se está a passar.-----
- 170 **0804. VARREDURA DAS RUAS E LAVAGEM DOS CONTENTORES:** Alertou
171 para o facto da varredura das ruas ainda não ter sido retomada e para a
172 necessidade de lavagem dos contentores-----
- 173 **ORDEM DO DIA**
- 174 **0805. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
175 **140/DOPAA-OIM/2015 – ACIONAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS –**
176 **LOTEAMENTO SOBRAL DO PARELHÃO:** Apreciada a informação n.º
177 140/DOPAA-OIM/2015, foi deliberado por unanimidade e em minuta nos
178 termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 84.º do decreto-lei 555/99 de 16
179 de Dezembro, alterado e republicado pelo decreto-lei n.º 136/2014, de 09 de
180 Setembro, promover a realização das obras dos arranjos exteriores e
181 correcção de defeitos de execução das obras de urbanização no âmbito de
182 loteamento n.º 06/2000/03, accionando a caução destinada a garantir a boa
183 e regular execução das obras de urbanização, apresentada sob a forma da
184 garantia bancária n.º D000008689, prestada pelo Banco Popular, e mandar
185 notificar a referida instituição de crédito para que esta se digne disponibilizar
186 o montante de € 78.028,67, acrescido da taxa de IVA em vigor e da
187 remuneração dos encargos de administração de 5% conforme previsto no
188 n.º 3 do artigo 84.º do supra citado diploma.,-----
- 189 **0806. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
190 **19/DPHAG-AJ/2015 – REDUÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO –**
191 **TASCA DOS MANOS, PÓ:** Foi adiada a apreciação deste assunto por não
192 haverem elementos suficientes para uma tomada de decisão faltando,
193 nomeadamente, os resultados da leitura de ruído na casa do reclamante.---

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 194 **0807. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º**
195 **92/AEGLD/2015 – RESTITUIÇÃO DE VALOR A CARLOS ALBERTO**
196 **PEREIRA CÂNDIDO:** Apreciada a informação n.º 92/AEGLD/2015, foi
197 deliberado por unanimidade e em minuta restituir a quantia de € 14,00 ao
198 senhor Carlos Alberto Pereira Cândido. -----
- 199 **0808. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE**
200 **DERRAMA:** Foi presente a seguinte proposta do senhor vice-presidente da
201 Câmara: “Considerando que o n.º 1 do art.º 18º da Lei 73/2013, de 03 de
202 Setembro, prevê que as Câmaras Municipais possam lançar anualmente
203 uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e
204 não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (I.R.C.),
205 que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica
206 por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a
207 título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola
208 e não residentes com estabelecimento estável nesse território.
209 Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do citado diploma
210 legal, se prevê a possibilidade de lançar uma taxa reduzida de derrama
211 sobre os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que
212 não ultrapasse € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros). Considerando
213 que apesar de se manter a necessidade de continuar a beneficiar desta
214 legítima fonte de receita que contribui para o equilíbrio financeiro que se
215 pretende para a autarquia e consequentemente para o desenvolvimento
216 económico do concelho, consubstanciado na realização de investimentos
217 municipais de vital e estratégico interesse para o município, mas tendo em
218 conta que se mantém uma situação económica difícil. Propõe-se que a
219 Câmara Municipal de Bombarral delibere, nos termos do normativo supra
220 citado solicitar à Assembleia Municipal, face à competência prevista na
221 alínea d) do n.º 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a
222 aprovação do lançamento de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável
223 sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
224 (I.R.C.), a liquidar no ano de 2016. Mais se propõe que fiquem isentos da
225 referida derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano
226 anterior que não tenha ultrapassado os € 150.000,00 (cento e cinquenta mil
227 euros).” -----
- 228 -----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que o valor que entra nos
229 cofres da Câmara é insignificante pelo que os vereadores do PS consideram
230 que a derrama deveria ser abolida, dando a Câmara uma imagem aos
231 investidores para se implantarem no Bombarral, principalmente nesta altura
232 em que todos os incentivos devem ser dados para angariar os poucos
233 investidores que existem. Sacrificar as poucas empresas que ainda restam

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

234 no concelho é uma aberração, contribuindo para um agravamento fiscal
235 num concelho onde o índice de poder de compra é dos mais baixos do país.
236 De notar que Cadaval e Peniche não têm derrama. Assim, os vereadores do
237 PS, apresentam a seguinte proposta alternativa, denominada Proposta B:
238 “Considerando o valor insignificante de derrama nos cofres do município;
239 considerando que a Câmara deve promover, por todos os tipos de apoios, a
240 vinda de novos investidores, assim como de apoio aos existentes. Os
241 vereadores do PS propõem que o valor de derrama deve ser de 0 %, sendo
242 considerada a proposta B.” -----
243 -----O senhor Presidente da Câmara reiterou que esta derrama apenas
244 afecta as empresas com lucros significativos e resulta apenas num pequeno
245 contributo por parte dessas empresas. -----
246 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse não acreditar que por
247 estes valores as empresas deixem de se instalar no Bombarral. Para tal
248 suceder os motivos poderão ser outros. -----
249 -----Foi deliberado por maioria aprovar a proposta do senhor vice-
250 presidente da Câmara e remetê-la à Assembleia Municipal com os votos
251 favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da
252 Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos, Rosa Guerra e M.^a
253 Los Angeles Oliveira e os votos na proposta B dos senhores vereadores
254 Luis Duarte e Fialho Marcelino. -----
255 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
256 imediatos.-----
257 **0809. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA**
258 **TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:** Foi presente a seguinte
259 proposta do senhor vice-presidente da Câmara: “Considerando que o n.º 1
260 do art.º 26.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro, prevê que “os municípios
261 têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% no IRS dos
262 sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscção territorial,
263 relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, ...”. Considerando
264 que a citada participação variável depende de deliberação da Assembleia
265 Municipal sobre a percentagem pretendida. Considerando que a actual
266 conjuntura económica que afecta o país assume uma gravidade sem
267 precedentes na vida dos jovens e idosos, desempregados e trabalhadores,
268 que viram ser reduzidos os seus rendimentos, apoios sociais e
269 participações na área da saúde, ao mesmo tempo que aumentou a carga
270 fiscal e o custo dos bens essenciais como a electricidade, o gás, os
271 combustíveis e os bens alimentares. Considerando que os órgãos
272 municipais competentes devem procurar minimizar as dificuldades com que
273 se debatem os respectivos munícipes permitindo, dentro dos limites

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

274 possíveis, colaborar no apoio ao cumprimento das suas obrigações. Propõe-se
275 se que a Câmara Municipal do Bombarral delibere solicitar à Assembleia
276 Municipal, face à competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 25 da
277 Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da percentagem de apenas
278 3,5 % de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio
279 fiscal no Município do Bombarral relativa aos respectivos rendimentos do
280 ano de 2015.”-----
281 -----A senhora vereadora M.^a Los Angeles Oliveira referiu que a posição
282 da CDU é que só pode haver razões para aprovar uma proposta destas se
283 isto corresponder a uma estratégia pensada para trazer para o concelho
284 uma classe média alta porque aí sim isto cria um incentivo para as pessoas
285 virem. Não é isto que se passa porque como sabem esta participação é
286 dada de retorno a quem paga IRS e quanto mais se paga mais se recebe.
287 Defendem que quem ganha mais deve pagar e que quem ganha menos
288 deve pagar menos. Estamos a falar de dinheiro de que o Município precisa
289 e depois damos esse dinheiro a quem menos necessita porque tem uma
290 situação económica mais estável. Esta é a razão que leva a CDU a estar
291 contra esta proposta. Não devem prescindir desta receita mas sim mexer na
292 taxa de IMI porque aí estão a alargar o leque de bombarralenses a
293 beneficiar atingindo muita gente que está em dificuldades para não perder a
294 casa para os bancos e aí faz sentido diminuir o IMI prestando um bom
295 serviço aos bombarralenses. -----
296 -----O senhor vereador Fialho Marcelino disse que para o presente ano a
297 Câmara propõe que os munícipes tenham um desconto de 1,5 % no seu
298 IRS, igual ao do ano anterior. No ano passado tal aprovação foi de 1 %. Tal
299 como apresentado no ano passado, consideramos que se pode ir mais
300 longe na ajuda aos orçamentos familiares, tanto que esta câmara,
301 nomeadamente o senhor presidente, fala na ajuda às famílias, até serviu de
302 mote para a campanha do PSD. Basta ver que este apoio não é nada de
303 significativo para as pessoas, pois uma família que tenha um rendimento
304 anual de € 20 000,00 são devolvidos € 7,25. Para uma família com um
305 rendimento anual de € 40 000,00, valor bastante elevado, terá um desconto
306 de € 75,95 por ano. Conclui-se que esta devolução, não existe qualquer
307 competitividade fiscal que resulte uma mais-valia das famílias em residir no
308 Bombarral. Com esta medida, o município irá abdicar de cerca de 90.000
309 euros, cerca de 6 euros por habitante. De notar que mais uma vez estamos
310 atrasados vários anos em que o concelho do Bombarral é dos concelhos
311 que menos devolve [1,5%]. Óbidos devolve 4%, Caldas 3% Assim, tal como
312 aconteceu o ano passado, os vereadores do PS, apresentam uma proposta
313 alternativa, denominada Proposta B, em que seja de 3 % o valor de redução

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

314 na taxa de IRS. Os vereadores do PS apresentam uma proposta B:
315 Considerando a necessidade de mais apoio às famílias; Considerando que
316 a Câmara deve dar esse sinal de apoio aos bombarralenses; Considerando
317 a promoção de novas famílias no concelho. Os vereadores do PS propõem
318 a redução do valor de IRS a ser tributado aos munícipes em 3%.”-----
319 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor
320 Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e das
321 senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra e o voto contra dos
322 senhores vereadores Luis Duarte, Fialho Marcelino e M.^a Los Angeles
323 Oliveira aprovar a proposta do senhor vice-presidente da Câmara e remetê-
324 la à Assembleia Municipal. -----
325 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
326 imediatos.-----
327 -----Colocada à votação a proposta dos senhores vereadores do Partido
328 Socialista foi a mesma reprovada com os votos de reprovação do senhor
329 Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e das
330 senhoras vereadoras Norberta Santos, Rosa Guerra e M.^a Los Angeles
331 Oliveira e os votos de aprovação dos senhores vereadores Luis Duarte e
332 Fialho Marcelino. -----
333 **0810. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS**
334 **TAXAS DE IMI:** O senhor Presidente da Câmara informou estar em curso a
335 alteração do coeficiente de zonamento que vai ter como impacto uma baixa
336 acentuada nos valores de avaliação dos prédios. Mais informou que os 12
337 Municípios da OesteCIM estão a conduzir negociações para conseguir
338 condições favoráveis para as famílias numerosas. -----
339 -----A senhora vereadora M.^a Los Angeles propôs que fique desde já na
340 proposta a referência a esta questão das famílias numerosas e propôs a
341 inclusão de uma majoração de 25% à taxa aplicável aos prédios rústicos
342 com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.
343 Relativamente ao ponto 2 da proposta propôs que a taxa para os prédios
344 urbanos passe para 0,350%. -----
345 -----O senhor vereador Fialho Marcelino Disse que os vereadores do PS
346 apresentam uma proposta C: Considerando a dificuldade das famílias em
347 proceder ao pagamento do IMI, com o aumento desmesurado no ano de
348 2015, Considerando que o período de carência e muitas das isenções vão
349 terminar no decorrer do ano de 2016 e os mesmos coeficientes continuam
350 por corrigir; Considerando que a proposta foi reformulada, tendente à
351 redução das famílias com filhos a cargo. Os vereadores do PS, propõem:
352 Redução da taxa correspondente aos prédios urbanos para a taxa mínima –
353 0,3 %.

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

354 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a seguinte proposta com a
355 excepção do ponto 2 que foi aprovado por maioria a taxa de 0,375% com os
356 votos do senhor Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da
357 Câmara e das senhoras vereadoras Norberta Santos e Rosa Guerra, tendo
358 a senhora vereadora M.^a Los Angeles Oliveira votado na taxa de 0,350% e
359 os senhores vereadores Luis Duarte e Fialho Marcelino votado na taxa de
360 0,300%. Mais foi deliberado remeter esta proposta à Assembleia Municipal.
361 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
362 imediatos.-----
363 -----“Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112.º do Código do
364 Imposto Municipal sobre Imóveis (C.I.M.I.) na sua actual redacção, compete
365 à Assembleia Municipal deliberar sobre às taxas a aplicar em cada ano, em
366 sede de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), dentro dos intervalos
367 previstos nas diversas alíneas do n.º 1 e dos demais números do mesmo
368 artigo. Considerando que importa não onerar os munícipes com tributação
369 excessiva, numa época de crise económica, como a actual, mas sendo
370 também imprescindível dotar a Autarquia das receitas mínimas
371 indispensáveis para permitir o equilíbrio orçamental na perspectiva da
372 satisfação dos interesses dos cidadãos. A Câmara Municipal do Bombarral
373 deliberou solicitar à Assembleia Municipal, nos termos do normativo
374 invocado e face à competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da
375 Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que sejam fixadas para o ano de 2016
376 as seguintes taxas: 1. Prédios rústicos – 0,8 % 2. Prédios urbanos – 0,375
377 %. 3. .A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios ou parte de
378 prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal do
379 Bombarral tenha determinado a execução de obras de conservação
380 necessárias à correcção de más condições de segurança ou de
381 salubridade, ou melhoria do arranjo estético, ao abrigo do disposto no n.º 2
382 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado
383 pelo decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, e respectivas alterações. 4.
384 Ao abrigo dos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da lei 73/2015, conjugado com o n.º
385 12 do artigo 112.º do CIMI atribuir uma isenção parcial de 50% na taxa de
386 Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar aos prédios ou parte de prédios
387 de interesse público para a prossecução da actividade cultural, recreativa ou
388 desportiva, de propriedade das colectividades de desporto, cultura e recreio,
389 as organizações não governamentais e outro tipo de associações não
390 lucrativas com sede no concelho do Bombarral, sendo a isenção parcial
391 aplicável às sedes e infraestruturas desportivas, desde que estes prédios
392 não se encontrem abrangidos pelas alíneas i), m) ou n) do n.º 1 do artigo
393 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. 5. Majorar em 25 % a taxa aplicável

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

- 394 aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de
395 abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma colecta
396 de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido. Até 30 de
397 Novembro a Câmara Municipal pronunciar-se-á sobre a questão das
398 famílias numerosas, na posse de dados de que não dispõe no momento. Os
399 serviços municipais, para efeitos da aplicação da taxa de IMI prevista no
400 n.º 3, em cumprimento do n.º 15, ambos do artigo 112.º do CIMI, elaborarão
401 listagens das situações previstas em 3, 4 e 5 para que se torne possível
402 efectuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.”-----
- 403 **0811. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º 35/2015 –**
404 **AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE**
405 **CONTAS – EXERCÍCIO DE 2015:** Foi deliberado por unanimidade e em
406 minuta adjudicar por ajuste directo simplificado à firma MRG – Roberto,
407 Graça & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da
408 prestação de serviços para a revisão legal de contas do Município do
409 Bombarral relativas ao exercício de 2015, pelo valor de € 4.410,00,
410 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e remeter o assunto à Assembleia
411 Municipal.-----\
- 412 **0812. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE DECLARAÇÃO DE**
413 **INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – INDUSTRIA DE FABRICAÇÃO DE**
414 **PRODUTOS CERÂMICOS REFRAATÓRIOS:** apreciada a informação N.º
415 172/DOPAA/SPGU, reconhecer o interesse público da regularização de
416 construções existentes e ampliação futura de indústria de fabricação de
417 produtos cerâmicos refratários sita na estrada nacional 8, Vale do Forno,
418 lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, e remetê-la à Assembleia
419 Municipal.-----
- 420 **0813. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PEDIDO DE FACTURAÇÃO NO**
421 **1.º ESCALÃO DE CONSUMO DE ÁGUA APRESENTADO PELA FIRMA**
422 **LIDL:** Foi deliberado por maioria com os votos de reprovação do senhor
423 Presidente da Câmara, das senhoras vereadoras Norberta Santos, Rosa
424 Guerra, M.ª Los Angeles Oliveira e dos senhores vereadores Luis Duarte e
425 Fialho Marcelino e o voto de aprovação do senhor vice-presidente da
426 Câmara, não atender a solicitação da firma Lidl Portugal & Cia de facturação
427 no 1.º escalão de consumo de água.-----
- 428 **0814. APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE REQUERIMENTO DE**
429 **SOPOBOLOS – PANIFICADORA, LDA – FACTURAÇÃO DE CONSUMO**
430 **DE ÁGUA NO 1.º ESCALÃO NO MÊS DE JUNHO DE 2015:** -----
431 -----O senhor vereador Luis Duarte comunicou ao senhor vice-presidente
432 da Câmara nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento
433 Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão do ponto

ATA N.º 20/2015 – Reunião ordinária do dia 2015.09.09

434 0814, por força do artigo 44.º do referido Código, pelo que o senhor
435 Presidente da Câmara declarou interdita as suas intervenções neste ato. ---
436 -----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento
437 Administrativo, o senhor vereador Luis Duarte retirou-se da reunião,
438 regressando após a discussão e votação do ponto onde se encontrava
439 impedido. -----

440 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor
441 Presidente da Câmara, do senhor vice-presidente da Câmara e do senhor
442 vereador e Fialho Marcelino, e a abstenção das senhoras vereadoras Rosa
443 Guerra e Norberta Santos e o voto contra da senhora vereadora M.ª Los
444 Angeles Oliveira atender o solicitado pela firma SOPOBOLOS –
445 Panificadora, Lda, autorizando a facturação de água no 1.º escalão no mês
446 de Junho de 2015. -----

447 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos
448 imediatos.-----

449 **0815. APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DE PROPOSTA DE**
450 **ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA FACTURAÇÃO DE**
451 **CONSUMOS DE ÁGUA NO 1.º ESCALÃO EM SITUAÇÕES DE**
452 **ROTURAS:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte
453 proposta: “considerando que têm surgido com alguma frequência pedidos
454 de facturação de água no 1.º escalão em situações em que ocorrem
455 consumos elevados, provocados por roturas; considerando que importa
456 definir critérios para o atendimento destas situações de forma a evitar
457 eventuais dualidades na tomada de decisões, a Câmara Municipal do
458 Bombarral delibera o seguinte: 1. quês os pedidos de facturação do
459 consumo de água no 1.º escalão em situações em que ocorrem consumos
460 elevados provocados por roturas sejam obrigatoriamente acompanhados de
461 factura e comprovativo do pagamento das despesas inerentes à reparação
462 das roturas; 2. que os processos respectivos sejam presentes a reunião de
463 Câmara acompanhados do histórico de consumo.” -----

464 -----
465 -----Pelas 12:35 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
466 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos
467 termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo
468 vice-presidente do órgão e pelo funcionário Municipal que a lavrou.-----

469 -----
470 O presidente da Câmara

471 -----
472 O funcionário

473 -----